

NO DISCURSO DO CONFRONTO, O TRABALHADOR (RE)DESCOBERTO. PENSAR COM ENI ORLANDI¹

EN EL DISCURSO DEL CONFLICTO, EL TRABAJADOR (RE)DESCUBIERTO.
PENSAR CON ENI ORLANDI

Santiago Bretanha²
Virgínia Lucena Caetano³

RESUMO: Ancorado no gesto de abertura proposto por Orlandi (1990) em sua obra *Terra à Vista*, este artigo propõe-se a analisar a construção discursiva (imaginária) do trabalho nos pronunciamentos públicos de 1º de Maio de Getúlio Vargas. As materialidades em análise, constituídas pela ideologia de Estado personalista, remetem à razão novo-estadista, período ditatorial marcado por uma tentativa de modernização da nação brasileira. Baseado, fundamentalmente, nos princípios epistemológicos da Análise de Discurso materialista, fundados por Pêcheux e atualizados/territorializados por Orlandi, o trabalho atenta às imagens de trabalho pelo viés do pré-construído, funcionamento específico do interdiscurso que se marca na linearidade linguística como um impensado do pensamento, à revelia do sujeito. O gesto analítico levado a efeito pontua que o trabalho é imaginariamente construído como matriz que consubstancia os demais imaginários sociais, estando diretamente imbricado à representação das classes, da economia, do governo e da nação. O funcionamento da memória, social (PÊCHEUX, [1975] 2014; ORLANDI, 1990; 2003) e afetiva (SILVA, 2012), por via de retorno, marca no funcionamento sintático a reinserção do interdiscurso, fazendo emergir os pré-construídos (i) da produção e do consumo como motrizes da economia, (ii) da dignificação do trabalhador pelo trabalho frente à figura personalista do governante e o (iii) da colaboração de classes (em denegação dos litígios sociais).

Palavras-chave: Imaginário; trabalho; pré-construído; discurso político.

RESUMEN: Anclado en el gesto de apertura propuesto por Orlandi (1990) en su obra *Terra à Vista*, este artículo se propone analizar la construcción discursiva (imaginaria) del trabajo en los pronunciamentos públicos del 1º de Mayo de Getúlio Vargas. Las materialidades que se analizan, constituídas por la ideología de Estado personalista, se refieren a la razón nuevo-

¹ Este artigo é um recorte da dissertação de mestrado intitulada *Imaginários de trabalho na emergência do capitalismo: discurso político endereçado aos trabalhadores brasileiros (1937/1945)* (BRETANHA, 2019), defendida pelo Me. Santiago Bretanha sob a orientação da Dra. Aracy Graça Ernst, no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pelotas. A versão aqui apresentada foi devidamente revista e atualizada com a indispensável coautoria da Ma. Virgínia Caetano.

² Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pelotas - UFPEL. Pesquisador no Laboratório de Estudos em Análise de Discurso (LEAD).

³ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pelotas - UFPEL. Pesquisadora no Laboratório de Estudos em Análise de Discurso (LEAD), no Grupo de Estudos Pecheuxtianos (GEP) e no Grupo de Pesquisa Ordinário do Sentido e Resistência (OuSaR).

estatista, un período dictatorial marcado por el intento de modernización de la nación brasileira. Basado, fundamentalmente, en los principios epistemológicos del análisis materialista del discurso, fundados por Pêcheux y actualizados/territorializados por Orlandi, el trabajo observa las imágenes de trabajo a partir del preconstruido, un funcionamiento específico del interdiscurso que se marca en la linealidad lingüística como un impensado del pensamiento, en defecto del sujeto. El gesto analítico realizado señala que el trabajo se construye imaginariamente como una matriz que incorpora los demás imaginarios sociales, estando directamente imbricado con la representación de las clases, de la economía, del gobierno y de la nación. El funcionamiento de la memoria, social (PÊCHEUX, [1975] 2014; ORLANDI, 1990; 2003) y afectiva (SILVA, 2012), a modo de retorno, marca en el funcionamiento sintáctico la reinserción del interdiscurso, sacando a la luz los preconstruidos (i) de la producción y del consumo como motores de la economía, (ii) de la dignificación del trabajador a través del trabajo frente a la figura personalista del gobernante y (iii) de la colaboración de clases (en denegación de las disputas sociales).

Palabras clave: Imaginario; trabajo; preconstruido; discurso político.

1 Introdução

Desde a sua irrupção, a Análise de Discurso (AD) materialista propõe-se como uma teoria de entrelugar. Em seu escopo, é impossível denegar que todo fazer científico é, também, uma tomada de posição. No Brasil, o seu processo de institucionalização está intimamente relacionado à figura de Eni Orlandi, intelectual que nos deu a conhecer Pêcheux e nos ensinou a pensar com ele, a partir dele.

As reflexões de Orlandi - vastas, heterogêneas e combativas - instauram um gesto inédito de interpretação do Brasil. Não pelo viés da história, da sociedade ou do inconsciente, categorias tão caras às Ciências Humanas e Sociais, mas do discurso: um objeto que está no entrelaçamento dessas três ordens, e, ao mesmo tempo, as subsume em sua configuração particular, para e por sujeitos.

É nesse estuário que surge *Terra à Vista*, uma das obras magnas da autora. Publicado pela primeira vez em 1990, o livro continua provocando (sempre) novos percursos de sentidos, encontros outros, diferentes formas de compreender e lutar pela realidade brasileira. Trata-se, antes de tudo, de um gesto de territorialização⁴ da AD: se as condições de produção da teoria são determinantes na configuração de seu corte epistemológico, certamente as condições de sua recepção são fundamentais para a sua atualização e para a abertura de novas perspectivas.

Na conjuntura brasileira dos 90, a academia passa por uma complexa reorganização. Por um lado, com a recente redemocratização, dá-se espaço a perspectivas teórico-científicas dissidentes da forma-teórica dominante positivista; por outro, com a iminente derrocada cartesiana, duas tendências buscavam a posição de domínio: um positivismo reformado, calcado na reprodutibilidade metodológica e na anulação do pesquisador, e um humanismo metafísico,

⁴ A partir de Orlandi (2003a), é possível compreender que a noção de (*des*)territorialização possui caráter epistemológico e diz respeito à historicização de uma dada teoria, remetendo às suas condições de (re)produção, de recepção e de transformação em uma dada conjuntura científica. Por isso, não pode ser pensada fora das (sobre)determinações econômicas, jurídico-políticas e ideológicas que as constituem.

que recai na concepção de um homem que se autoproduz enquanto age na cultura. Na contradição entre estas duas formações teóricas, e atentando aos modos como elas voltam-se sobre o discurso das descobertas, Orlandi reconhece uma prática científica tipicamente colonialista, que nos dá a “reconhecer apenas o cultural e des-conhecer (apagar) o histórico, o político” (ORLANDI, 1990, p. 16).

Na análise concreta destas práticas, Orlandi as compreende como reprodutoras de um processo “que faz com que o ‘ter sido colonizado’ deix[e] de ser uma marca histórica para significar uma essência” (ORLANDI, 1990, p. 16). Dentre os seus efeitos, distingue-se o que a autora chama de *perversidade do político*: ao silenciar o discurso histórico, o discurso sobre a cultura injunje imaginários que abrandam as relações coloniais, deslocando-as de seu lugar estruturador da formação social brasileira. Esse processo consolida certa noção de brasileiro, determinando a construção de sua imagem e os modos como se torna “evidência”.

Distanciando-se de qualquer intento de “recuperar uma história verdadeira”, Orlandi (1990) não vê na AD qualquer propensão a resolver conflitos ou dar fim aos processos contraditórios. Pelo contrário. O fazer analítico pela via materialista presume uma ética sobre o seu objeto, que é o de jamais “neutralizá-[o] nem no ‘não-importa-o-que’ de um discurso sobre o discurso, nem em um espaço lógico estabilizado com pretensão universal” (PÊCHEUX, [1983] 1999, s/p). Em suma, o que se busca é atingir a historicidade que constitui o simbólico; não na periodização dos dados históricos, não na construção de uma narrativa, mas na própria discursividade, na prática de produção de sentidos situada no limiar entre a estrutura e o acontecimento.

Embora não compartilhemos da mesma temática de investigação de Orlandi, é a partir do seu gesto de abertura que propomos este trabalho. Dialogando com suas reflexões sobre discurso, imaginário e sociedade, a pesquisa dedica-se a analisar os imaginários de trabalho (re)produzidos no/pelo discurso político. Em recorte, nosso *corpus* constitui-se do pronunciamento público de Getúlio Vargas alusivo ao dia do trabalho (VARGAS, [1938] 2022). Nosso interesse sobre esta materialidade deve-se à conjuntura em que é produzida. O Estado Novo (1937-1945) brasileiro, dentre outras particularidades, corresponde a uma tentativa moderna/capitalista de superação do modo de produção pré-capitalista⁵ (colonial) brasileiro, até então baseado na exploração/exportação de commodities produzidos pelas elites monocultoras. Entendido como uma ideologia de estado personalista, centrada no ditador como conciliador das classes sociais e porta-voz do Aparelho Repressivo (ROWLAND, 1974; BRETANHA, 2019), o novo estadismo busca sedimentar as bases do estado-nação; para isso, realiza intensiva agenda de propaganda, consolidando a mídia nacional como Aparelho Ideológico de Estado (em 1939, por exemplo, é criada o DIP - *Departamento de Imprensa e Propaganda*).

Articulado nas contradições internas e externas à formação social, que se digladiava com as “velhas civilizações” e com os “restos” do modo de produção pré-capitalista, os discursos de 1º de maio de Vargas foram objeto de pesquisa de Maria Emília Amarante Torres Lima que, em 1983, defendeu tese sob orientação de Pêcheux⁶. Pautada nos desenvolvimentos da Análise Automática do Discurso (AAD-69, PÊCHEUX, [1969] 2019), principalmente no recurso da sondagem lexicométrica (LIMA, 1990), Lima deu atenção às relações imaginárias sustentadas

⁵ Com “pré-capitalismo” não nos referimos a um “devir capitalista”, mas a um capitalismo “insipiente”, não industrializado, sem classe consumidora e no qual convivem diferentes formas de trabalho/produção (escravismo, colonato, trabalho assalariado, etc.) - base da dependência que vigora na periferia do capitalismo global. Esta leitura é sustentada, por diferentes autores marxistas, dentre os quais destacam-se Vania Bambirra, Ruy Mauro Marini e André Gunder Frank.

⁶ Em 1990, a pedido de Orlandi, Lima traduz sua tese para o português. A tradução é realizada por ambas as pesquisadoras. Para saber mais sobre a trajetória de Lima, Cf. Souza (2021).

pelo ditador em relação ao povo. Nosso intento, por uma via de retorno, é o de analisar a construção discursiva (imaginária) do próprio trabalho, que serve como matriz unificadora dos demais imaginários sociais.

Para tanto, na construção de nosso dispositivo analítico, baseamo-nos na concepção de *pré-construído* (no funcionamento das relativas de tipo *é x que p*, especificamente) proposta por Henry ([1977] 2013) e desenvolvida por Pêcheux e Orlandi. Para Pêcheux ([1975] 2014, p. 89, grifos do autor), o pré-construído refere-se a “uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é construído pelo enunciado. Trata-se, em suma, do efeito discursivo ligado ao *encaixe* sintático”. Concordando com Pêcheux, Orlandi (1990, p. 43) defende que o pré-construído deve ser compreendido como um funcionamento específico do interdiscurso, atestando a relação dos efeitos de sentido com a sua exterioridade. É, pois, o pré-construído a base de nossas reflexões sobre a diferença e a heterogeneidade, dando-nos a interpretar os modos como “todo discurso atesta sua relação - com outros (que ele exclui, ou inclui, ou pressupõe etc.) e com o interdiscurso (que o determina)” (ORLANDI, 1990, p. 43).

Dito isso, organizamos nossa exposição em duas seções, somadas a estas palavras introdutórias e a algumas considerações finais. São elas: *Sobre as construções relativas e construções de clivagem*, em que discutimos sobre o pré-construído em sua relação com a estrutura da língua; e, por fim, *Discurso, imaginário e sociedade*, em que tecemos um gesto interpretativo sobre o pronunciamento de 1º de maio de 1938.

2 Sobre as construções relativas e construções de clivagem

As noções de língua e de discurso não se confundem em Análise de Discurso, mas estão imbricadas, uma vez que é a partir das normas internas da língua que se desenvolvem os processos discursivos - que só podem ser compreendidos na medida em que os processos ideológicos simulam os científicos (PÊCHEUX, [1975] 2014, pp. 81-82). O sistema linguístico não é mobilizado “acidentalmente” pelos sujeitos falantes, e tampouco os processos discursivos podem ser concebidos como “expressões de um puro pensamento, de uma pura atividade cognitiva etc., que utilizaria ‘acidentalmente’ os sistemas linguísticos” (PÊCHEUX, [1975] 2014, p. 82).

Diante da necessidade de explicar a maneira como os processos discursivos se constituem em relação à ordem da língua, Pêcheux ([1975] 2014) se vale dos estudos linguísticos sobre as formas da relativização, ou, melhor, sobre as construções oracionais relativas explicativas (apositivas) e determinativas (restritivas). O autor salienta a necessidade de deslocar a teoria linguística para fora dos seus domínios quando apropriada pela teoria materialista do discurso.

A preocupação do autor é, aí, a de explorar, através da relação explicação/determinação, as “disjunções” entre o objeto técnico-empírico da Linguística e o objeto especulativo-fraseológico da ciência das Formações Sociais⁷. Nesse intento, ao opor língua e discurso, Pêcheux afirma que a base linguística (as estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas) é organizada por leis internas, relativamente autônomas, que acabam por constituir a língua como objeto da Linguística e, sobre essa estrutura sistematizada, desdobram-se os processos discursivos. Logo, numa teoria materialista dos processos discursivos, voltada à materialidade do

⁷ Lembremo-nos, aí, dos efeitos ideológicos de tipo A e B sobre os quais Herbert (1995) se debruça em *Observações para uma teoria geral das ideologias*.

sentido, o estudo da base comum deve ser realizado a partir das práticas discursivas; e, uma vez que a explicação e a determinação servem como referência para esse estudo, em AD, só podem ser apreendidas no seio de práticas sociais efetivas.

Em *Determinação, formação do nome e encaixe*, Pêcheux ([1975] 2014) se dedica, especialmente, a essa temática. Em sua argumentação, primeiramente, recupera o enunciado fregueano “Aquele que descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias morreu na miséria”. Frege o comenta longamente:

se a subordinada tivesse por sentido um pensamento, deveria ser possível exprimi-lo por meio de uma proposição independente. O que é impossível, pois o sujeito gramatical “aquele que” não tem um sentido independente; ele garante a ligação com a proposição que se segue: “morreu na miséria”. Decorre daí que o sentido da subordinada não é um pensamento completo, que sua denotação é Kepler, e não um valor de verdade. Poder-se-ia objetar que o sentido do todo inclui como parte um pensamento, a saber, o de que existiu alguém que pela primeira vez descobriu a forma elíptica das formas planetárias. De fato, se se aceita como verdadeira a proposição em seu todo, não se pode negar essa parte. Isso é indubitável, mas apenas porque, em caso contrário, a subordinada “que descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias” não teria denotação alguma. Quando se faz uma afirmação, pressupõe-se sempre que os nomes próprios empregados, sejam eles simples ou compostos, têm uma denotação. Portanto, quando se afirma “Kepler morreu na miséria”, pressupõe-se que o nome “Kepler” esteja designando alguma coisa. Mas o pensamento de que o nome ‘Kepler’ esteja designando um indivíduo não está, porém, contido no sentido da proposição “Kepler morreu na miséria”. Se fosse esse o caso, a negação dessa proposição não seria: “Kepler não morreu na miséria”, mas sim “Kepler não morreu na miséria ou o nome ‘Kepler’ não denota nada”.

Mais do que isso, a pressuposição de que o nome ‘Kepler’ designa alguma coisa vale tanto para a afirmação: “Kepler morreu na miséria” quanto para a afirmação oposta. (FREGE, 1978, apud PÊCHEUX, [1975] 2014, pp. 85-86)

Sobre essa citação, Pêcheux ([1975] 2014) faz algumas observações. A primeira é a de que Frege emprega sintagmas próprios da linguística estruturalista de sua época, como “subordinada”, “sujeito gramatical” e “proposição independente”; ao fazê-lo, o lógico indicia alguma relação entre o funcionamento da língua e o funcionamento do “pensamento”. Nesse contexto, ao distinguir essas duas instâncias, Frege pensa que o funcionamento da língua induz no “pensamento” uma ilusão. Devido ao seu *locus* enunciativo, o de lógico, Frege não explora as possíveis relações linguísticas entre esse funcionamento e outros, e tampouco observa se esse é um funcionamento linguístico sistemático. Sua resolução é a de que essa “ilusão provém de uma imperfeição da linguagem, da qual o simbolismo da análise matemática não está totalmente livre” (FREGE, 1978, apud PÊCHEUX, [1975] 2014, p. 87). A constatação de Frege, portanto, é a de que as ilusões na linguagem, que incidem sobre o pensamento, só são possíveis pois a língua é inacabada, natural, mal feita; suas redes abrigam o impossível das armadilhas e das ambiguidades, que poderiam desaparecer em uma língua “bem feita”, a matemático-científica.

Pêcheux ([1975] 2014) se serve desses apontamentos para prevenir-se da concepção logicista, a qual concebe as noções ideológicas e políticas como resultantes de “imperfeições” da linguagem. Essa visão calcaria o político e a ideologia a uma ordem de problemas crassos, uma

vez que seriam resolvidos caso todos se dessem ao trabalho de deles escapar. Pêcheux, por outro lado, discorda. Para tanto, retoma em Frege a distinção entre a *designação de algo*, por um lado, e a *afirmação sobre esse algo*, por outro. No contexto do enunciado anteriormente exposto, o “algo” que é designado na frase é alguém, que, aí, é ‘Kepler’. Por sua vez, a afirmação se refere à situação econômica de Kepler quando de sua morte, uma verdade que pouco tem a ver com a sua descoberta das leis dos movimentos dos corpos celestes. Exceto, para Pêcheux ([1975] 2014), em uma situação moral e/ou religiosa em que a miséria é opróbio para os esclarecidos, uma vez que o conhecimento é uma transgressão às leis divinas - o que daria sentido à asserção “Kepler que descobriu [...] morreu na miséria”. A intenção de Frege, entretanto, não é de atentar aos efeitos de sentido decorrentes do funcionamento da linguagem, mas o de descrever a relação formal entre a proposição em seu todo, como “pensamento”, e a relativa que nela se inscreve como objeto de pensamento.

A ilusão à qual o lógico se remete, aí, é aquela por meio da qual um objeto do pensamento induz no pensamento a existência de um alguém específico, um sujeito absolutamente único (no caso, Kepler, o primeiro a descobrir a forma elíptica das órbitas planetárias, nascido em 1571 e morto em 1630). Em outras palavras, essa ilusão provém da imperfeição da linguagem, em que um objeto de pensamento pressupõe a existência real de um objeto que ele designa.

Frente a essa proposição fregeana, Pêcheux questiona,

deveríamos, então, declarar como absurda e desprovida de qualquer sentido uma frase como: “aquele que salvou o mundo morrendo na cruz nunca existiu, na qual o discurso do ateísmo militante nega, na “proposição em seu todo”, a existência daquele mesmo que ele pressupõe como existente na subordinada? Não deveríamos, ao invés disso, considerar que há separação, distância ou discrepância na frase entre o que é pensado antes, em outro lugar ou independentemente, e o que está contido na afirmação global da frase? (PÊCHEUX, [1975] 2014, pp. 88-89)

Essas indagações levam Pêcheux ([1975] 2014) a pensar as relativas como formas de inscrição de pré-construídos. O termo *pré-construído* tem sua formulação nos estudos de Paul Henry ([1977] 2013), e “designa a uma construção anterior e exterior e independente oposta ao que é construído pelo enunciado” (PÊCHEUX, [1975] 2014, p. 89). É, aí, o efeito discursivo ligado ao encaixe sintático – em Pêcheux, especificamente, o encaixe sintático nas construções de subordinadas adjetivas. Sob essa perspectiva, a ilusão da qual fala Frege não é simples efeito de um fenômeno sintático, de uma imperfeição da linguagem. Pelo contrário, o fenômeno sintático da relativização é a

condição formal de um efeito de sentido cuja causa material se assenta, de fato, na relação dissimétrica por discrepância entre dois ‘domínios de pensamentos’, de modo que um elemento de um domínio irrompe num elemento do outro sob a forma do que chamamos pré-construído. (PÊCHEUX, [1975] 2014, p. 89)

Articulando a noção de pré-construído ao domínio do interdiscurso e das formações discursivas, podemos dizer que esse é uma das formas da inscrição da exterioridade do

interdiscurso na atualização do dizer (o intradiscurso), que só pode existir porque regulado por uma certa formação discursiva (doravante FD). Assim, o pré-construído faz emergir o discurso-outro no fio do discurso; sendo o discurso-outro um saber que, primariamente, não poderia e não deveria ser dito pelo sujeito, por determinação da forma sujeito dominante da FD, e que, ainda assim, emerge na cadeia significante.

Com base em Pêcheux, concordamos com a posição de Ernst (*et al*, 2013). Em sua leitura sobre as formas de inscrição do interdiscurso, a autora sustenta que o pré-construído se constitui como um conceito biunívoco que remete, ao mesmo tempo, para dois registros da memória. “Tanto remete para o interdiscurso (em cuja objetividade material contraditória, ele indicia a disputa de forças entre diferentes FD) quanto é apropriado e ressignificado por uma dada forma-sujeito na linearização do discurso” (ERNST, *et al*, 2013, p. 138). Sob essa ótica, o “impensado do pensamento” (re)produz-se como um fetiche. O que é evidente aponta para a atualização de determinados sentidos, abrindo a possibilidade do novo; o que é dissimulado incide para a denegação de um já dito (ERNST, *et al*, 2013) cujo estatuto constitutivo é reiterado. Trata-se de uma contradição entre os diferentes registros da memória cuja natureza, em termos hegelianos, remete à suprassunção, isto é, da “negação-que-contém-em-si-mesmo-o-termo-negado” (ALTHUSSER, [1960] 2015, p. 68).

Em sua leitura do empreendimento filosófico materialista, Althusser postula que o estatuto da suprassunção (*aufheben*) não é o mesmo em Hegel e Marx. Para o primeiro, na negação determinada, passagem do em-si em direção ao para-si, há uma continuidade substancial interior ao processo contraditório, em que a forma ulterior funciona como verdade da forma anterior (ALTHUSSER, [1960] 2015). À dialética continuísta, Marx opõe uma dialética do descontínuo, em que a “ruptura ideológica” realizada pela suprassunção levaria ao estabelecimento de uma nova epistemologia, assentada sobre outro terreno, a partir de outros problemas. A perspectiva defendida por Althusser é a de que se a *aufheben* marxiana possui uma ascendência filosófica, ela não é devida a Hegel, mas a Spinoza. “Entre o primeiro gênero de conhecimento e o segundo, Spinoza estabelecia uma relação que, em sua imediaticidade [...], supunha justamente uma *descontinuidade* radical. Embora o segundo gênero permita a *inteligibilidade do primeiro*, não é a *sua verdade*” (ALTHUSSER, [1960] 2015, p. 68, grifos do autor).

Nesse sentido, a “negação-que-contém-em-si-mesmo-o-termo-negado” deve ser entendida, antes de tudo, como uma (potencial) “ruptura na conservação” (ALTHUSSER, [1960] 2015) – ainda que, no caso do funcionamento dos pré-construídos, o que geralmente temos em mãos sejam rupturas frustradas que resistem aos já-ditos, teimando em tentar promover um novo domínio. Nesse sentido, ao encaixar-se no enunciado, “[o] pré-construído pode subverter a autoridade que a FD possui sobre o sujeito ao se encaixar no enunciado como um saber possível de se infiltrar em qualquer FD devido ao efeito de evidência a ele vinculado” (VINHAS, 2021, p. 14)⁸.

Courtine ([1981] 2009), a partir dos trabalhos de Pêcheux ([1975] 2014) e de Henry ([1977] 2013) sobre encaixe sintático, desenvolve seu estudo sobre as formas clivadas (aparentadas às orações relativas) de tipo “é X que P”, e de suas variações “o que é P é X” e “X é o que P”, em que ‘X’, em termos descritivos, é a designação de algo, o sujeito sintático, e ‘P’ é a afirmação sobre esse algo. Às formas “é X que P”, Courtine ([1981] 2009) correlaciona os

⁸ A discussão teórica sobre o conceito de pré-construído tem ganhado espessura na última década. Nessa conjuntura, é impossível contornar o artigo de Vinhas (2021), cujo resgate teórico sobre os conceitos de pré-construído e de discurso transversal atualizam a discussão sobre o tema, abrindo novas perspectivas para pensá-los na imbricação entre língua-história-ideologia.

processos discursivos de tematização do discurso. O tema de discurso⁹, conforme o autor, sumariamente, pode ser compreendido como “um elemento que figura no intradiscurso de uma sequência cuja importância é acentuada, marcada na cadeia. Um tema de discurso carrega assim uma marca de ênfase” (COURTINE, [1981] 2009, p. 158). Ainda, o tema de discurso pode ser compreendido como um elemento que é identificado, enquanto tal, pelo próprio discurso. Logo, a presença de um tema de discurso em uma determinada formulação presume alguns efeitos de sentido, como “é disso que falo (e não de outra coisa)” / “é isso que é objeto de meu discurso”, ou, ainda, “é isso que quero dizer quando falo aquilo” / “esse elemento do meu discurso significa isso” (COURTINE, [1981] 2009, p. 158).

Conforme Brito e Duarte (2003), as estruturas clivadas tratam-se de construções sintáticas nas quais o verbo *ser* com pronomes relativos (*é que*) permitem colocar em destaque grande parte dos constituintes de uma oração (exceto alguns advérbios e orações adverbiais condicionais e concessivas). Segundo as autoras (2003, p. 685), o português admite o seguinte elenco de construções de clivagem (1):

- (1)
- (a) Foi o trabalhador o que o Estado explorou.
 - (b) Foi o trabalhador que o Estado explorou.
 - (c) O que o Estado explorou foi o trabalhador.
 - (d) O trabalhador foi o que o Estado explorou.
 - (e) O trabalhador é o que o Estado explorou.
 - (f) O Estado explorou foi o trabalhador.

Os exemplos expostos em (1) partilham entre si a característica de terem “condições de verdade idênticas” (BRITO; DUARTE, 2003, p. 685) à frase simples indicada em (2) e de veicularem o mesmo significado, ainda que flutue nos diferentes arranjos sintagmáticos.

- (2) O capitalista explorou o trabalhador.

Nas frases postas em (1), o constituinte *trabalhador*, argumento interno direto do verbo *explorar*, é colocado em ênfase, ocorrendo à direita ou à esquerda de uma das formas do verbo *ser*. Os processos de clivagem exemplificados em (1) fazem com que o constituinte em destaque seja “interpretado” como foco quantificacional/estrito, como indiciam os exemplos em (3).

- (3)
- (a) Foi o trabalhador, e não a burguesia, o que o Estado explorou.
 - (b) Foi o trabalhador, e apenas o trabalhador, que o Estado explorou.
 - (c) O que o Estado explorou foi o trabalhador, e não a burguesia.
 - (d) O trabalhador foi *tudo* o que o Estado explorou.

⁹ Hoje, a noção *tema discursivo* é pouco citada em AD, embora sua mobilização tenha sido recorrente na AD1. A partir da década de 80, foi apropriado, principalmente, pelas Teorias do Texto. Em nosso trabalho o conceito ocupa papel fundamental, uma vez que, através dele, é-nos possível analisar o funcionamento discursivo das construções de clivagem/de topicalização inseridas como relativas.

- (e) O trabalhador é que o Estado explorou, e *não a burguesia*.
- (f) O Estado explorou foi o trabalhador, e *não a burguesia*.

Nessas construções de clivagem, “o constituinte em posição de destaque identifica o subconjunto exaustivo de elementos de um conjunto contextualmente dado, e [...] fixa o referente do elemento vazio presente no constituinte que contém o verbo da frase simples correspondente” (BRITO; DUARTE, 2003, p. 686). Na tipologização das construções de clivagem proposta por Brito e Duarte (2003), as quais a perspectiva adotada por Courtine ([1981] 2009) parece corroborar, temos três estruturas de sentenças: a Clivada (clivada básica), a pseudo-clivada básica (pseudo-clivadas) e a pseudo-clivada invertida. Conforme a “matemática” sistematizada por Courtine ([1982] 2016, p. 21), essas formas podem ser representadas, respectivamente, como em (4):

- 4) (a) É X que P
- (b) Aquele que P é X
- (c) X é aquele que P

Essas estruturas constituem uma base formal de localização e identificação de um elemento X do discurso (COURTINE, [1982] 2016), e, a título de exemplo, podem preencher-se como em (5).

- (5) (a) É o Estado que explorou o trabalhador.
- (b) O que o Estado explorou é o trabalhador.
- (c) O trabalhador é que o Estado explorou.

Dessa maneira, as construções linguísticas sobre as quais nos debruçamos, servem de base para, pelo menos, dois funcionamentos discursivos: o da incidência dos pré-construídos como o impensado do pensamento que emerge no fio do discurso, e o do tema de discurso que produz efeitos de sentido de ênfase e de identificação.

Em razão do imbricamento entre funcionamento linguístico e funcionamento discursivo, à montagem dos *corpora*, chegamos ao delineamento de sequências *discursivas de referência* (SDR). Segundo Courtine ([1981] 2009, p. 55), as SDR podem ser entendidas como sequências verbais maiores que a frase que representam um recorte temático no *corpus*. Podendo ser enumeradas para fins de sistematização, as SDR são provenientes do processo de dessuperficialização e de recorte do todo discursivo com a finalidade de possibilitar a análise, o que resulta em recortes representativos do discurso em análise. Na visão do autor, a partir da configuração de SDR, pode-se chegar ao funcionamento das posições-sujeito, das formações imaginárias e das formações discursivas que determinam os processos discursivos, assim como pode-se chegar ao funcionamento próprio da ideologia.

Com base nesses princípios, e assumindo como parâmetro as formas sintáticas clivadas básicas (porque mais recorrentes no Português) de tipo “é X que P” e seus consequentes funcionamentos discursivos, chegamos à configuração de três SDR, representativas do *corpus* em

análise, todas delimitadas do pronunciamento de 1º de maio de 1938 (VARGAS, [1938] 2022). Outras SDR poderiam ser configuradas, mas, considerando os limites do trabalho (que não possui anseios de exaustão, porque impossível) optamos por manter um recorte mais restrito.

SDR1 – Além dessas condições, é forçoso observar que, num país como o nosso, onde em alguns casos há excesso de produção, desde que o operário seja melhor remunerado, poderá, elevando o seu padrão de vida, aumentar o consumo, adquirir mais dos produtores e, portanto, melhorar as condições do mercado interno.

SDR2 – É esta uma afirmativa feliz, que ecoou bem no meu coração.

SDR3 – É preciso, portanto, para a realização desse ideal supremo, que todos marchem unidos, em ascensão prodigiosa, heroica e vibrante, no sentido da colaboração comum e do esforço homogêneo pela prosperidade e pela grandeza do Brasil!

Expostos os princípios teórico-metodológicos gerais que orientam o trabalho, na seção que segue, adentramos nas linhas que materializam nosso gesto de leitura.

3 Discurso, imaginário e sociedade: a descoberta dos trabalhadores brasileiros

Traçados os princípios teórico-analíticos que sustentam nosso gesto de leitura, é-nos possível adentrar às análises das SDR. Puxando o fio da interpretação a partir da SDR1, faz-se, antes, necessário que recuperemos alguns fatos históricos que constituem suas Condições de Produção. No ano anterior (1937), diante da iminência da *Intentona Comunista* e da ameaça integralista, Vargas e seus correligionários dão um golpe de Estado no âmbito do Governo Provisório e suspendem a Constituinte. Em maio desse ano, Luis Carlos Prestes é condenado pelo crime de deserção. Em junho, é fundada a União Nacional dos Estudantes (UNE) e, em novembro, Vargas outorga a quarta constituição brasileira e, em dezembro, assina o decreto-lei que põe fim a todos os partidos políticos.

O pronunciamento de 1º de maio de 1938, realizado no Palácio Guanabara, foi o primeiro referente ao Dia do Trabalhador e, sumariamente, versa sobre os decretos de leis sociais que concediam direitos aos trabalhadores, como os das férias remuneradas e do salário mínimo nacional. Estabelecem-se, neles, um funcionamento de reversibilidade discursivo recorrente nos discursos do ditador.

Orlandi (2003), refletindo sobre a linguagem e seu funcionamento, trata do conceito de *reversibilidade* como “a dinâmica da tomada da palavra” (2003, p. 239). Essa noção é fundamental para a compreensão da “tipologia discursiva”, termo proposto por Orlandi que, ao afastar-se da determinação empirista, permite observar a “atividade estruturante de um discurso determinado” (ORLANDI, 2003, p. 125). Nesse contexto, o *tipo* jamais pode ser pensado como mecanismo de cristalização do discurso, mas, sim, como imbricado ao funcionamento discursivo articulada à dinâmica da tomada da palavra, à manutenção e previsibilidade do dizer

(paráfrase) e à emergência da multiplicidade dos sentidos (polissemia) e, logo, às condições sócio-históricas e imediatas de produção do discurso.

As tipologias discursivas são distinguidas em três (ORLANDI, 2003): os discursos lúdico, polêmico e autoritário; diferenciação operada a partir da observância de duas dimensões basilares: primeira, a da reversibilidade; e, segunda, a da tensão entre paráfrase e polissemia. No discurso lúdico há a predominância da polissemia e a reversibilidade é total; no discurso polêmico a polissemia é controlada, negociada, e a reversibilidade se dá em certas condições; já no discurso autoritário há a predominância da paráfrase e a reversibilidade tende a zero.

No discurso do ditador, em primeira instância, o interlocutor (os trabalhadores) é interpelado por meio do uso de interrogações, como em “Podeis interrogar, talvez: quais são as aspirações das massas obreiras, quais os seus interesses? E eu vos responderei: a ordem e o trabalho!” (VARGAS, [1938] 2022, s/p). Entretanto, a interrogação, como pista de reversibilidade, não se constitui como tal, uma vez que os trabalhadores não tomam a palavra. Ao revés, são-lhes atribuídas palavras, uma vez que o ditador responde em seu lugar. Assim, o discurso opera a partir de um *semblante* de reversibilidade que se instaura como evidência. Em sua dimensão fundamental, o discurso é autoritário, e os saberes são agenciados pelo domínio do mesmo.

Na cena que se monta, um operário é chamado ao microfone e diz: “Confiamos em V. Exa.”. Ao fazê-lo, um dos efeitos de sentidos que ressoa é o de que esse fala como porta-voz dos demais trabalhadores e, portanto, *os trabalhadores confiam no governante*. É interessante, aí, colocar o verbo “confiar” em relação a outros que integram o seu eixo parafrástico, como “acreditar”. Seus significados¹⁰ orbitam as acepções de “depositar fé”, “depositar crença”. Em uma relação paternalista, o ditador é imaginado como depositário da fé dos trabalhadores. Em uma perspectiva psicanalítica, o ditador encarna o Nome-do-pai que diz ao trabalhador: “recalca o gozo pois, assim, alcançarás a dignidade”. Pela crença na dignidade futura, o trabalhador “livremente” se submete à ordem do trabalho; pela crença de tornar-se herdeiro do desejo do Outro, o que nunca chega.

O ditador constitui-se como sujeito do poder em relação à necessidade de mantê-lo (o poder e sua unidade) a partir da submissão do trabalhador, que deve renunciar o gozo para alcançar *dignidade social* através do *trabalho justamente remunerado* (VARGAS, [1938] 2022). A imagem de trabalho enquanto meio para a dignificação do trabalhador opera a partir da mobilização de saberes oriundos da memória discursiva e que guardam relações com a acepção cristã de dignidade. Ainda que difundida pelos textos judaicos do Antigo Testamento, e reafirmada pelos Evangelhos, a *dignidade* ganha corpo na modernidade através das Encíclicas do Papa Leão XIII. Diante do acirramento da luta de classes na Europa, o Sumo Pontífice arbitra sobre as atitudes dos sacerdotes e da comunidade cristã em relação às condições de existência dos operários. Na carta *Rerum Novarum* (das Mudanças Políticas), de 15 de maio de 1891, lê-se:

quem tiver na sua frente o modelo divino, compreenderá mais facilmente o que nós vamos dizer: que a verdadeira dignidade do homem e a sua excelência reside nos seus costumes, isto é, na sua virtude; que a virtude é o património comum dos mortais, ao alcance de todos, dos pequenos e dos grandes, dos pobres e dos ricos; só a virtude e os méritos, seja qual for a pessoa em quem se encontrem, obterão a recompensa da eterna felicidade. (LEÃO XIII, 1891,

¹⁰ Poderíamos dizer sentidos em gel ou *expressões em gel* (*expressões figées*), uma vez que o discurso (e mesmo os pré-construídos) jamais é cristalizado, mas assume a “consistência” de algo relativamente estável, conforme definições apresentadas pessoalmente por Paul Henry a Maria Emília Amarante Torres Lima (1990, p. 118).

s/p).

A dignidade, aí, é vista como atrelada a virtudes e méritos que facultam ao trabalhador a obtenção da *recompensa da eterna felicidade*. As encíclicas de Leão XIII foram a base da constituição do Estado de Bem-estar Social europeu, tendência conservadora e liberal de agenciamento dos sufrágios sociais em que o Estado é colocado como agente da promoção social e organizador da economia (ideologia de Estado que surge oposta aos avanços do Socialismo). Mais tarde, os princípios nelas expostos seriam, também, os fundamentos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), para a qual a *dignidade humana* é um princípio fundamental. Logo, cabe ao Estado, pela lógica católica, garantir a dignidade do trabalhador, ao mesmo tempo em que concilia embates entre o proletariado e as patronais e arbitra pela manutenção da racionalidade econômica.

Os saberes sobre a dignidade, oriundos do campo religioso, irrompem no discurso do ditador através da atualização desses saberes na formulação atreladas à ordem da memória em AD. Para que possamos desenvolver teoricamente essa afirmação, levemos em consideração a SDR2:

SDR2 – É esta uma afirmativa feliz, que ecoou bem no meu coração.

Na leitura de Silva (2012), a memória opera como um espaço que concatena enunciados já-ditos em processos discursivos outros filiados a certas formações discursivas. A exterioridade da memória é, nesse contexto, constitutiva do dizer, uma vez que esses saberes são retomados pelo sujeito e linearizados no fio do discurso. A FD a partir da qual o sujeito se subjetiva, isso é, toma posição, encobre a dependência da formulação em relação aos domínios da memória, o que lhe confere efeitos de unidade e de autonomia. A noção de memória, assim, “abarca a constituição histórica, vale dizer ideológica, das discursividades” (SILVA, 2012, p. 48). Todavia, em AD, a “apreensão” do discurso tanto pressupõe sujeitos sócio-histórica e ideologicamente sobredeterminados, quanto atravessados pela sua constituição psíquica, isso é, pelo inconsciente. Pautada em Le Goff, Silva (2012) diz que a memória é, simultaneamente, um fenômeno social e psíquico/individual e, por tanto, articula essas duas instâncias determinantes do sujeito. A memória discursiva em AD é histórica, simbólica e afetiva (SILVA, 2012).

A esta última dimensão, até então, pouco desenvolvida nos estudos discursivos, Silva (2012) dedicará especial atenção, desenvolvendo-a por duas razões.

A primeira delas é que a inscrição dos já-ditos na linearidade não é determinada exclusivamente pela formação discursiva dominante; o sujeito é constituído por uma gama de sentimentos e é desejanter, logo, “estabelece uma relação ativa no interior de uma dada formação discursiva; assim como é determinado ele também a afeta e a modifica em sua prática discursiva” (LEANDRO FERREIRA, 2000, p. 23). Logo, a inscrição do interdiscurso, “domínio da memória”, no intradiscurso é perpassada por uma tensão, por um embate de forças. (SILVA, 2012, p. 49)

A segunda razão, exposta pela autora, é a de que os acontecimentos históricos se inscrevem na memória imbricados aos sentimentos que suscitam. Diante dessas razões, Silva

(2012, pp. 50-51) questiona, “qual o papel da memória *afetivo-discursiva*? Como a análise das flutuações socioafetivas pode contribuir para a compreensão do funcionamento do discurso político?” Implicadas a esses questionamentos, em nosso ponto de vista, chegamos ao ponto em que os afetos interessam à Análise de Discurso: eles não são abordados em uma perspectiva psicologizante, mas sim enquanto uma produção discursiva, isto é, no instante em que o discurso (re)produz imaginariamente efeitos de afeição imbricados ao funcionamento da memória.

Sob essa perspectiva, propomo-nos a assumir o revés do gesto de leitura de Silva (voltado ao discurso sindical endereçado aos trabalhadores), podemos inferir que, para constituir novos imaginários de trabalho na memória da FDD e, por atravessamento, na da FDT, o ditador recupera o recente “apoio” de representantes dos operários às causas da Legislação Social, atrelando a questão política de uma “conciliação/filiação” entre os trabalhadores e Estado à “felicidade” que essa “conciliação/filiação” suscita: “uma afirmativa feliz, que ecoou bem no meu coração”. A memória afetivo-discursiva é instada para sobredeterminar a compreensão que os trabalhadores têm da atualidade e das suas condições reais de existência, para fazê-los atentar para as ações do Estado como o advento do “novo”, que trazem felicidade ao ditador, e dignidade ao povo.

Não podemos dizer, entretanto, que o ditador evoca memórias da ordem de elementos pregressos da relação histórica Estado/trabalhadores, mas sim busca constituir novas memórias/memórias-outras em relação aos já-ditos/afetos que constituem a memória da conjuntura pré-capitalista, lá onde ela determina a formação discursiva dos trabalhadores. Nesse sentido, se o aparelhamento das relações trabalhistas traz “felicidade” e “dignidade” - antiteticamente, a ausência da regulação estatal, cuja materialidade reside nos restos pré-capitalistas e neocoloniais, promove “infelicidade” e “indignidade”.

O afeto de felicidade, atualizado no/pelo discurso do ditador, pode ser compreendido como intento de constituição de uma imagem carismática do governante, eixo articulador do Estado de Compromisso, populista e personalista. A noção de carisma aponta para as orientações dos discursos religioso e popular. Conforme o Papa Bento XVI, no *Compendio do Catecismo da Igreja Católica*, os carismas são vistos como “dons do Espírito Santo”, “são dons especiais do Espírito, concedidos a alguém para o bem dos homens, para as necessidades do mundo e, em particular, para a edificação da Igreja” (2005, questão n.º 160, s/p). Por outro lado, o ‘carisma’ é utilizado para designar a característica daquele que exerce influência e admiração, marcada, fundamentalmente, pelo empreendimento de gerar simpatia e de agradar a “todos”. Sob essas duas ordens, o *imaginário de si* constituído no/pelo discurso do ditador pende entre o de *herdeiro dos dons do Espírito para o bem dos homens* e o de *sujeito que encarna influência e admiração, que a todos apraz*.

Sob esse ponto de vista, podemos depreender possíveis efeitos de sentido decorrentes do tema discursivo instaurado pelas construções de clivagem, como marcado na SDR2. A construção de clivagem coloca em destaque a afirmativa do “representante” dos trabalhadores, de que “confiamos” (nós, os proletários) no ditador; e não apenas isso, soma-se à sua clivagem a predicação “feliz” e “que ecoou bem no meu coração”. Ai, os modificadores “feliz” (afirmativa) e (ecoou) bem conformam-se como excessos que visam a mobilização de afetos cuja razão seria a de mobilizar efeitos de “reconhecimento”, das palavras dos trabalhadores pelo ditador, e de “felicidade”, instaurada pela “confiança” posta sobre a figura do governante.

No discurso de 1938, o afeto de *dignidade*, correlato aos de orgulho e de exaltação, de apreço de si, sobressai-se. Tomando pelo avesso a perspectiva de Ansart (2002, p. 15) sobre a humilhação, para quem “ser humilhado é ser atacado em sua interioridade, ferido em seu amor

próprio, desvalorizado em sua autoimagem, é não ser respeitado”, a dignidade seria a exaltação do sujeito em sua intimidade, o tamponamento das feridas do seu amor próprio, a exaltação da sua autoimagem, é índice do respeito do qual é depositário, em última razão. A memória da dignidade irrompe no discurso governamental como “moeda de troca” no discurso da mão estendida do ditador aos trabalhadores. Nesse sentido, as condições de dignidade do trabalho (e do trabalhador), subjetivamente vividas pelo proletariado, funcionam como matriz a partir da qual o Estado de Compromisso se engendra e como mecanismo do aparelhamento das forças produtivas.

Entretanto, se as construções de clivagem determinam o tema do discurso ao dar destaque a um constituinte oracional, por outro, pode “desviar” a atenção do seu *foco largo*. É o caso da SDR1:

SDR1 – Além dessas condições, é forçoso observar que, num país como o nosso, onde em alguns casos há excesso de produção, desde que o operário seja melhor remunerado, poderá, elevando o seu padrão de vida, aumentar o consumo, adquirir mais dos produtores e, portanto, melhorar as condições do mercado interno.

Na SDR em questão, “essas condições” refere-se aos períodos anteriores, que textualmente, remontam às palavras de que “O trabalho é o maior fator da elevação da dignidade humana! Ninguém pode viver sem trabalhar; e o operário não pode viver ganhando apenas o indispensável para não morrer de fome! O trabalho justamente remunerado eleva-o na dignidade social” (VARGAS, [1938] 2022, s/p).

A partir da construção de clivagem, no discurso do ditador, o foco estreito é colocado sobre o trabalho como “fonte de elevação da dignidade humana” e sobre o fato de sua “justa remuneração eleva-o [o trabalhador] na dignidade social”. Essa imagem de trabalho coloca em segundo plano uma outra, que emerge *a posteriori*: a de que o trabalho justamente remunerado, que concede dignidade humana e social ao trabalhador, é fator para o “aumento de consumo”, “e, portanto, melhora as condições do mercado interno”. Essa última imagem constitui o foco largo do discurso e, ainda que marcado na formulação, é calcado pelo foco estreito e figura como margem do enunciado, um semi-dito.

Utilizamos a noção de semi-dito pois, no discurso do ditador, porque determinado pela instância reguladora da FDD, a explicitação de que a dominação do trabalho se dá em razão do sustento do mercado não pode ser livremente posta. É necessário, antes disso, enlevá-la pelo imaginário de trabalho enquanto dignificador do trabalhador em vistas de, aí, mediar sua relação com sua práxis laboral. Em outras palavras, o discurso do ditador (re)produz imaginários de dignidade pelo trabalho em vistas de injungir a dignidade como uma necessidade para o proletariado. É recalcado, por isso, o insuportável: a dominação do trabalho não dignifica os sujeitos, mas sustenta a economia capitalista. Relembremos, nesse ponto, Lacan ([1960] 1998, p. 825), para quem “não há engodo mais manifesto politicamente e, ao mesmo tempo, psicologicamente”, do que o de que o trabalho ao qual o escravo está submetido é via para a sua liberdade/dignidade.

No caso do discurso em análise, o gozo do escravo (trabalhador) não é refreado pelo medo da morte eterna, mas pela imagem, discursivamente construída no/pelo discurso do ditador, de que o trabalho lhe dignificará frente ao Estado e frente ao líder carismático. Sob essa perspectiva, podemos remontar sentidos-outros ao qualitativo “feliz” que, na SDR2,

atualiza a memória afetivo-discursiva: o afeto de felicidade, aí evocado, funciona como um reforço positivo à “confiança” expressada pelo “representante dos operários”. A confiança, aí anunciada, conforma-se como uma reverência do servo para o mestre que, diante da “cordialidade” do escravo, regozija-se, lhe dignifica e lhe concede o “presente” da Legislação Social. Inspirados em Ansart (2002), podemos dizer, então, que tanto a *humilhação* como a *dignidade* são qualificações atribuídas pelo (O)outro e subjetivamente vividas pelo trabalhador, que, aí, tem mediada suas condições reais de existência pela memória afetivo-discursiva da humilhação e da dignidade; par, quase antitético, que assume as bases do discurso político conciliador, como imputação da crença da dignidade, e do discurso trabalhista, como ressentimento pela humilhação (SILVA, 2012).

A partir dessas análises, podemos compreender melhor a perspectiva de Orlandi sobre o funcionamento do pré-construído. Para a pensadora (1990, p. 44), ao “falar sobre o ‘outro’ para instituir a imagem de ‘si’, [o sujeito] cria sua tradição (sou-sempre-já), além de sua imagem (como deveria ser)”. Logo, ao tomar o trabalho como referente e os trabalhadores como interlocutores, produz-se um processo trinário de intercompreensão em que o *eu*, o *outro* e o *referente* são continuamente (des)construídos simbolicamente. Em outras palavras, “[E]sse é o sentido radical da instituição na linguagem. É assim que o sentido ganha ‘corpo’ como história, nessa relação tensa entre o fixar-se e o transmutar-se” (ORLANDI, 1990, p. 40).

Além das construções clivadas, as construções imaginárias sobre o referente e sobre o outro funcionam a partir de outros mecanismos discursivos, como a atribuição de discurso ao interlocutor. Esse funcionamento pode ser observado, ainda que não especificamente, na ordem da SDR3. Relembremo-la, portanto:

SDR3 – É preciso, portanto, para a realização desse ideal supremo, que todos marchem unidos, em ascensão prodigiosa, heroica e vibrante, no sentido da colaboração comum e do esforço homogêneo pela prosperidade e pela grandeza do Brasil!

O “ideal supremo” a que o ditador se refere, a nível textual, é o do “espírito de colaboração entre todas as categorias de trabalho e de produção” (VARGAS, [1938] 2022, s/p); “ideal supremo” da Constituição de 10 de novembro de 1937, em específico, e do Estado Novo, como um todo. De maneira distinta da SDR1, em que a ideia de “necessidade” (de dignidade) constrói-se como semi-dito, na SDR2 ela emerge pelo funcionamento linguístico do qualitativo “preciso”.

Sob a lógica de Brito e Duarte (2003), o qualitativo “preciso” é um deverbal, isto é, adjetivo formado por derivação regressiva a partir de um verbo que, no caso, é “precisar”. No processo de derivação, o qualitativo mantém os argumentos internos exigidos pelo verbo: “precisar” exige um sujeito (quem precisa?) e um objeto, preposicionado ou não (de que precisa? O que precisa?). A esses argumentos, no fio do discurso, referem-se “todos” (aqueles que precisam) e “marchem unidos, em ascensão prodigiosa, heroica e vibrante, no sentido da colaboração comum e do esforço homogêneo pela prosperidade e pela grandeza do Brasil” (o que é preciso).

A “precisão”, portanto, é atribuída a um “todos” (eles). Para que possamos melhor compreender o funcionamento discursivo em jogo, faz-se necessário que nos debrucemos sobre a questão da pronominalização em AD. Embora largamente explorado pelos estudos enunciativos, este tema remete em AD ao funcionamento discursivo, isto é, à historicização

própria dos efeitos de sentidos em condições de produção determinadas, que remetem para os interlocutores (pontos A e B), para o referente (ORLANDI, 2003) e para o agora (tempo)/aqui (espaço) do evento discursivo (SILVA, 2012). Sob esta perspectiva, tanto o sujeito, quanto o referente e a espaço-temporalidade são construtos discursivos que encontram na linguagem os seus efeitos de sustentação.

As condições de produção do discurso do ditador são ancoradas no pronunciamento do ditador (ponto A), que se confunde com a “voz do Estado”, e do tempo-espaço do Estado Novo, uma vez que a ideologia de estado personalista, além de sobredeterminar a instância econômica, também ressoa sobre a delimitação imaginária do que se entende como território da Nação. O trabalhador (ponto B), aí, afasta-se do “Estado-ditador”. Distanciamento que faz com que os mecanismos discursivos funcionem, uma vez que as materialidades em análise têm por fio condutor, como viemos discutindo, integrar os trabalhadores “autônomos” ao Estado sob a ordem do aparelhamento sindical.

Com base na noção de dêixis discursiva, podemos dedicar-nos à análise de possíveis efeitos de sentido de “todos” no âmbito da SDR3. Na situação posta, a interlocução discursiva se sustenta a partir da relação ditador (eu) que enuncia para o trabalhador (tu) ou para os trabalhadores (vós/eles). “todos”, no discurso do ditador, injunge o imperativo da “precisão” aos trabalhadores (eles); efeito discursivo assentado sobre o funcionamento linguístico da desinência número-pessoal do verbo da subordinada “marchem” (eles). Recai, sobre essa injunção, o *excesso* contingente (ERNST, 2009) do emprego do adjunto adnominal “unidos” (todos) em relação parafrástica com as expressões “colaboração comum” e “esforço homogêneo”.

Depreende-se do *excesso* em questão, somado à injunção de uma “necessidade”, a tentativa de constituir um imaginário acabado e coerente da classe trabalhadora. O proletariado, aí, deveria unir-se em prol da sua “dignificação” e da “prosperidade e grandeza do Brasil”, colaboração que seria “efetivada na subordinação ao sentido superior da organização social” (VARGAS, [1938] 2022, s/p). Essa tentativa unificadora, primariamente dirigida aos trabalhadores, espalha-se para os imaginários de Nação, nos quais um país não é visto como “apenas um conglomerado de indivíduos dentro de um trecho de território, mas, principalmente, a unidade da raça, a unidade da língua, a unidade do pensamento nacional” (VARGAS, [1938] 2022, s/p).

4 Considerações finais

Terra à Vista nos convoca a dessuperficializar os imaginários de indígena, dos mitos fundadores, do território, do outro, do velho e do novo mundo. Em fins de análise, a obra mostra-nos que na voz do colonizador, que produz discurso sobre o excluído, abre-se espaço para a interferência do brasileiro, que “interfere no contar do outro e o transforma” (ORLANDI, 1990, p. 249). Uma posição que, ao resistir, é “capaz de trans-figurar em ‘outro’ o que encontra em seu contato com a cultura colonizadora” (ORLANDI, 1990, p. 252).

Diante de nosso objetivo geral, de analisar a construção discursiva (imaginária) do trabalho nos pronunciamentos de 1º de maio de Vargas, compreendemos que não é a voz do colonizador que ressoa na materialidade, mas a de uma pequena classe dominante colonizada que busca unidade imaginária, distanciando-se do velho mundo. A nova conjuntura exige que as contradições sociais se reorganizem sem, no entanto, romper com as estruturas de dominação a elas preexistentes. No intento conciliatório, a nascente burguesia industrial/urbana é vista

como aliada das elites latifundiárias, mantendo os trabalhadores, seja no campo, seja na cidade, como força que alavanca o progresso econômico.

Para isso, o trabalho é imaginariamente construído como matriz que consubstancia os demais imaginários sociais, estando diretamente imbricado à representação das classes, da economia, do governo e da nação. O funcionamento da memória (social e afetiva), por via de retorno, marca no funcionamento sintático a reinserção do interdiscurso, fazendo emergir os pré-construídos (i) da produção e do consumo como motrizes do mercado, (ii) da dignificação do trabalhador pelo trabalho frente à figura personalista do governante e o (iii) da colaboração de classes (denegação dos litígios sociais).

Estes “impensados do pensamento” engendram um duplo movimento produtor de memória. Retrospectivamente, lançam-se do presente sobre o passado, buscando contorná-lo como um exemplo de fracasso/atraso a ser superado. Prospectivamente, lançam o passado reconstruído sobre uma projeção de futuro, sedimentando uma noção de modernização. Orlandi (1990, pp. 254-255) permite-nos interpretar que esses processos de significação, que poderiam levar-nos a deprender uma continuidade histórica, erigem uma “ilusão referencial”. Nosso maior desafio (enquanto brasileiros e enquanto pesquisadores) é o de desafiar esta evidência, reconhecendo-a em seu lugar de construção imaginária, ousando questionar o progresso e ver nele o índice potencial de uma ruptura na conservação.

Que este singelo trabalho seja um gesto de agradecimento/reconhecimento à querida Profa. Eni Orlandi, à sua ousadia, à sua erudição e à sua generosidade.

Referências

ALTHUSSER, L. [1960]. Sobre o jovem Marx. In: ALTHUSSER, L. [1965]. *Por Marx*. Trad. Maria Leonor Loureiro. Revisão de Márcio Naves e Celso Kashiura Jr. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

ANSART, P. Das identidades de ofício à identidade de classe: um devir paradoxal? (1820-1848). In: SEIXAS, J. et al. (org.). *Razão e paixão na política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

BENTO XVI. *Compêndio do Catecismo da Igreja católica*. A Santa Sé, 2005. Disponível em: http://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/motu_proprio/documents/hf_ben-xvi_motu-proprio_20050628_compendio-catechismo.html. Acesso em: 2 mar. 2022.

BRETANHA, S. *Imaginários de trabalho na emergência do capitalismo*. Discurso político endereçado aos trabalhadores brasileiros (1937-1945). 2019. 194 p. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-graduação em Letras, Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2019.

BRITO, A. M.; DUARTE, I. Orações relativas e construções aparentadas. In: MIRA MATEUS, M. H. et al. (orgs.). *Gramática da língua portuguesa: elementos para a descrição da estrutura, funcionamento e uso do português actual*. 5 ed. Lisboa: Editorial Caminho, 2003.

COURTINE, J-J. [1981]. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos*

cristãos. Tradução do Projeto A tradução no instituto de Letras: da teoria à prática, da UFRGS. São Carlos: EDUFSCAR, 2009.

COURTINE, J.J. [1982]. Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em análise do Discurso. Trad. Flávia Clemente de Souza e Márcio Lázaro Almeida da Silva. *Policromia*, New Zealand, v. 1, n. 1, pp. 14-35, jun. 2016.

ERNST, A. G. A falta, o excesso e o estranhamento na constituição/interpretação do corpus discursivo. In: *Seminário de Estudos em Análise do Discurso*, 4., 2009, Porto Alegre, RS. Anais do IV SEAD... Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/4SEAD/SIMPOSIOS/AracyErnstPereira.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.

ERNST, A. G.; CAZARIN, E. A.; QUEVEDO, M. Q. de. Para além do efeito de circularidade: interpretando as noções de pré-construído e articulação a partir de enunciados idem per idem. *Revista Gragoatá*, Niterói, n. 34, 2013, pp. 131-143.

HENRY, P. [1977]. *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Trad. Maria Fausta Pereira de Castro. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

HERBERT, T. Observações para uma teoria geral das ideologias. *Revista Rua*, Campinas, v. 1., 1995, pp. 63-89.

LACAN, J. [1960]. Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. In: LACAN, J. *Escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

LEÃO XIII. *Rerum Novarum*. Roma: 1891. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html. Acesso em: 5 nov. 2021.

LIMA, M. E. A. T. *A construção discursiva do povo brasileiro: os discursos de 1º de maio de Getúlio Vargas*. Trad. Maria Emília Amarante Torres Lima e Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp: 1990.

ORLANDI, E. P. *Terra à Vista: discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez, 1990.

ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4 ed. Campinas: Pontes, 2003.

ORLANDI, E. P. A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. *Seminário de Estudos em Análise de Discurso*, v. 1, pp. 8-18, 2003a.

PÊCHEUX, M. [1983]. Sobre os contextos epistemológicos da Análise de Discurso. Trad. Eni Orlandi. In: *Escritos*, n. 4. Campinas: Labeurbe; Nudecri, 1999, pp. 7-16. Disponível em: <https://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/pdf/escritos/Escritos4.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2022.

PÊCHEUX, M. [1975]. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Puccinelli Orlandi [et al]. 5 ed. Campinas, Editora da Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, M. [1969]. *Análise Automática do Discurso*. Trad. Eni Puccinelli Orlandi e Grecciely Costa. Campinas: Pontes Editores, 2019.

ROWLAND, R. Classe operária e estado de compromisso. *Estudos Cebrap*, v. 8, pp. 5-40, abr./jun. 1974.

SILVA, R. S. *Tempo na Análise de Discurso: implicações no imaginário de trabalhador da CUT*.

Curitiba: Editora CRV, 2012.

SOUZA, M. F. C. Maria Emilia Amarante Torres Lima: um resgate da memória da Análise do Discurso no Brasil. *Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso*, v. 16, pp. 8-38, 2021.

VARGAS, G. [1938]. *Pronunciamento público de 1º de maio de 1938*. Biblioteca da presidência da República. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1938/07.pdf/view>. Acesso em: 16 jan. 2022.

VINHAS, L. I. Considerações sobre o pré-construído na Análise do Discurso: gesto de interpretação de dizeres de uma mulher presa. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, v. 62, pp. 1-15, e020024-e020024, 2021.